



## **EXTENSÃO E INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: GESTÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BRASIL**

**THEMÍSTOCLES MARTINS ALVES RODRIGUES**

IFBaiano

[themistocles\\_martins@yahoo.com.br](mailto:themistocles_martins@yahoo.com.br)

**ARIADNE SCALFONI RIGO**

UFBA

[ariadnescaltoni@gmail.com](mailto:ariadnescaltoni@gmail.com)

**DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA**

UFBA

[deniserib@gmail.com](mailto:deniserib@gmail.com)

### **Resumo**

Este trabalho teve por objetivo apresentar as incubadoras em economia solidária como mecanismos eficientes de extensão universitária, bem como espaços capazes de indissociá-la do ensino e da pesquisa. O aporte teórico do texto evidencia e apresenta relações entre os temas da extensão universitária brasileira, de economia solidária, da política pública de economia solidária do Governo Federal e sobre incubadoras de economia solidária. A pesquisa, de caráter qualitativo e formatos exploratório e descritivo, utilizou a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com gestores de organismos de incubação em economia solidária de diversos Estados do país. A partir das informações obtidas se confirmou a relevância das incubadoras de economia solidária enquanto espaço singular para a extensão universitária e capazes de estreitar as relações entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras. Porém, também se identificou que a política de financiamento de incubadoras de economia solidária não tem se mostrado satisfatória para a manutenção das atividades destas. Finalmente, as conclusões são de que há a necessidade de revisão do próprio funcionamento da política pública em economia solidária, principalmente no que diz respeito aos volumes de recursos ofertados para o financiamento das incubadoras.

**Palavras-chave:** Incubadoras Universitárias. Extensão. Economia Solidária.

## 1 Introdução

Não é necessário recorrer a muitos estudos para afirmar que nossa sociedade está marcada pela concentração de renda e por consequentes problemas relacionados à pobreza e à exclusão social dos mais diferentes tipos (PRAXEDES, 2012; GENNARI, 2011; CATTANI, 2009). Ao mesmo tempo em que a sociedade de mercado caminha na direção de acentuar essas diferenças, movimentos sociais assumem direção oposta evitando o esgarçamento do tecido social, nos termos de Polanyi (2000). São exemplos destes movimentos o sindicalismo do século XVIII, o cooperativismo e o associativismo mais recentes. No Brasil, um movimento tem se destacado no contraponto das características das relações concentradoras e excludentes do mercado capitalista: o movimento da economia solidária (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 162). A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram em torno da noção de solidariedade contrastando com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 162). Para alguns estudiosos, economia solidária é um modelo alternativo ao padrão capitalista (NATIVIDADE, 2011; SINGER, 2002). Para outros, trata-se de um movimento que se interconecta com o atual cenário do sistema capitalista como uma alternativa à sua hegemonia (SILVA e SCHIOCHET, 2013; CORDEIRO NETO, RIGO e CANÇADO, 2012); é, ainda, uma possibilidade de inserção no sistema daqueles marginalizados, tendo como base princípios como “autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social” (SCHOLZ, 2009, p. 102). Em resumo, a economia solidária pode ser entendida como

[...] um conjunto de práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, visam promover a ocupação, a sobrevivência e a melhoria de qualidade de vida de pessoas vítimas do processo de exclusão social (CORDEIRO NETO, ALVES e RIGO, 2009, p. 180).

O fato é que este movimento se concretiza sob diversas formas de “organização econômica baseadas no trabalho coletivo e na autogestão” (NAGEM e SILVA, 2013, p. 159). No Brasil, estas práticas associativas são comumente denominadas de Empreendimentos de Economia Solidária, ou simplesmente sob a sigla EES. As maiores repercussões do movimento de economia solidária no Brasil ocorreram a partir de 2003, principalmente devido ao apoio mais ativo do Governo Federal, quando da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para a condução de uma política pública em economia solidária no país. O papel da Senaes era definir e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do MTE, garantindo a articulação com os diversos órgãos de governo, bem como, o estímulo, promoção e supervisão da execução das ações de difusão da política de economia solidária no país, conforme o Decreto 5.063, de 3/5/2004.

Dentre estas ações indicadas acima, a Senaes se configurou, a partir da edição do Decreto 5.063, como o órgão responsável pela difusão e consolidação das incubadoras universitárias de economia solidária. Estas incubadoras são as instituições que tem como foco a prestação de serviços de suporte aos grupos de trabalhadores que optam por criar formas de organizações econômicas de cunho solidário. Calbino e Paes de Paula (2012, p. 110) destacam a importância destas incubadoras ao afirmarem que são fonte (para os grupos de trabalhadores) de estudos e projetos de pesquisa; de “formação técnica”; de materiais didáticos; de acesso a “profissionais capacitados”; e de “experiências nas incubações de empreendimentos solidários”.

Neste cenário, pode-se questionar qual o papel da universidade? Como a universidade e seus atores podem atuar para minimizar os problemas sociais causados pelo sistema concentrador e excludente em que se depara a sociedade atual? Sabemos que a extensão universitária é caminho institucionalizado que coloca a universidade em contato direto com a sociedade. No entanto, não se trata apenas de formar estudantes para atuarem no mercado de trabalho. São conjuntos de ações – prática extensionista - que visam contribuir com soluções para os problemas sociais e comunitários. O intuito da extensão é também contribuir com a formação do estudante ao longo da sua trajetória dentro da universidade. Vale ressaltar que, apesar da importância da extensão, ainda são o Ensino e a Pesquisa as atividades que recebem os maiores investimentos governamentais, além de terem maior reconhecimento pela comunidade científica e pela sociedade em geral.

Neste artigo, consideram-se as incubadoras universitárias em economia solidária como ambientes e mecanismos propícios para que a universidade efetive o alcance dos objetivos da extensão. Segundo Guerra e Pereira (2010), elas não apenas assessoram empreendimentos econômicos solidários (EES), mas servem de alicerce na busca de alternativas e soluções para os problemas locais. De acordo com França Filho e Cunha (2009, p. 224) são três as principais atribuições destas incubadoras no contexto da política de economia solidária: a) capacitação das pessoas que formam os grupos de empreendedores; b) o trabalho de articulação entre “novas políticas públicas”; c) o trabalho de “organização das próprias incubadoras”, ou seja, das suas atividades de gestão, manutenção e interligação em rede nos mais diferentes âmbitos.

Dito isso, o objetivo deste artigo é apresentar as incubadoras em economia solidária como mecanismos eficientes de extensão universitária. Apresenta-se também, como elas promovem relações estreitas entre ensino, pesquisa e extensão. Este tripé é o que define o papel das universidades públicas brasileiras. Esta discussão é relevante diante do fato de que há “baixa incidência da possibilidade de práticas efetivas da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão na universidade brasileira” (MACIEL e MAZZILLI, 2010, p. 13). Além disto, a relevância do artigo também se assenta no fato de tratar de uma ação de extensão caracterizada pelo auxílio a grupos comunitários voltados à construção de atividades econômicas para a geração de trabalho e renda, em um país marcado por altas taxas de desemprego estrutural, a partir de empreendimentos que possibilitam a inserção e engajamento das pessoas em um *modus operandi* diverso do predominante atualmente.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) ou Incubadoras Tecnológicas em Economia Solidária<sup>1</sup> são amplamente difundidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, notadamente as públicas. De modo geral, elas estimulam a criação e acompanham empreendimentos populares e solidários, buscando torná-los capazes de enfrentar os desafios do grupo no mercado e de promover melhorias na comunidade ou territórios onde estes empreendimentos se localizam e atuam. Neste processo, conta-se com a ação direta de professores, estudantes e técnicos tanto no apoio aos empreendimentos e comunidades, quanto na gestão da própria incubadora.

Diante disto, o artigo foi estruturado com uma seção teórica, tratando da caracterização da extensão enquanto importante componente da universidade a inserção das incubadoras de economia solidária neste contexto, a partir da política pública de economia solidária do Governo Federal. Após, é apresentado o passo a passo metodológico da pesquisa. Na seção seguinte são apresentados e discutidos os resultados, perpassando por questões de institucionalização da política, o financiamento das incubadoras, seu *status* de organização e articulação, bem como, as perspectivas de futuro para estas. Finalmente, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa, bem como, caminhos para a sua ampliação.

## **2 Extensão universitária e incubação em economia solidária: origens, contexto e política pública**

Na avaliação de Sousa (2010), a história da extensão universitária brasileira pode ser compreendida analisando três frentes: a do movimento estudantil, a do Ministério da Educação e a das universidades. Neste processo, dois fatos são fundamentais: a Lei 5.540/68 (revogada pela Lei 9.394/96) que tratava da reforma universitária e que tornou obrigatória a extensão em todas as IES; e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que projeta a extensão universitária e a entende como um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.

No processo de desenvolvimento da extensão universitária no Brasil vale destacar que a redefinição do papel das universidades redefiniu também a noção da extensão. Ambas passaram de uma postura clientelista ao favorecimento de uma “aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico” (ANDES, 2003, p. 30).

Neste sentido, as universidades públicas brasileiras tentam tornar os estudantes mais críticos e comprometidos com a sociedade. É, então, por meio da extensão que a universidade estimula os estudantes a aprenderem com a sociedade. Na perspectiva de Coelho (2010), a extensão enriquece a pesquisa ao mesmo tempo em que se orienta na resolução dos problemas sociais. Na perspectiva dos estudantes, a extensão os aproxima das profissões escolhidas, integrando os saberes do campo e da academia e democratizando o conhecimento produzido (FROÉS, 2005; TOSCANO, 2006). É vista, ainda, como propulsora da articulação com diversas instituições, movimentos sociais, empresas, dentre outros (SILVA, 2008).

Sob esta perspectiva, a execução das ações de extensão universitária se torna mais complexa e demanda novas formas de atuação da universidade. Neste intuito, as incubadoras universitárias são mecanismos interessantes para a atuação dos estudantes e professores em projetos extensionistas. Na conceituação do art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 7.357/2010, os organismos de incubação de EES são “organizações que desenvolvem ações de incubação” dos empreendimentos e que atuam “como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias”. As incubadoras em economia solidária são entidades que têm como foco a prestação de serviços de suporte para os grupos de trabalhadores que decidem criar formas de organizações econômicas solidárias. As incubadoras universitárias são instituições que “objetivam apoiar e assessorar novos empreendimentos econômicos solidários ou fortalecer empreendimentos já existentes, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação” (INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2011, p. 12).

Portanto, com o fim de auxiliar e acompanhar inclusive o nascimento de alguns desses tipos de organizações populares e solidárias é que aparecem as incubadoras. As ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – são as mais conhecidas e também as que estão estabelecidas em maior número, criadas dentro das instituições de ensino superior do país, para atuar no desenvolvimento do cooperativismo popular e outros empreendimentos populares e solidários; na formação de trabalhadores para a organização autogestionária; e na constituição, implantação e consolidação desses empreendimentos (SILVA JÚNIOR, 2007).

Em 1997, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em parceria com o Sistema de Cooperativas de Trabalho realizou o primeiro processo de incubação em economia solidária no Brasil. Estas incubadoras passaram a ser denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e, em 1999, somavam uma dezena no país. Atualmente, organizadas em rede, visam fortalecer a sua atuação e sua influência na criação de políticas públicas em economia solidária no país. Em 2009, haviam 130 incubadoras afiliadas às redes

existentes no país. Em 2015, os quantitativos eram de 62 incubadoras filiadas à Rede ITCPs, e 45 à Rede Unitrabalho.

O Governo Federal, durante as gestões de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, passa a demonstrar maior atenção ao tema da economia solidária (CUNHA, 2014; SILVA e SCHIOCHET, 2013; NAGEM e SILVA, 2013; VITCEL *et al.*, 2010). Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República em 2002, a economia solidária assumiu *status* de política de governo. Obviamente, inclui-se neste contexto a atuação da organização do movimento da economia solidária nos bastidores políticos (NICOLADELI, 2007).

A Senaes, através da divulgação de editais, tem promovido o financiamento de políticas e programas voltados à difusão e consolidação da economia solidária no país. Sendo que a segunda principal vertente de projetos financiados pela Senaes é a do “apoio a incubadoras de Economia Solidária”, com R\$ 29.398.672,34 investidos, que representam 14% do total – período 2003 a 2010 (SENAES, 2011, p. 25).

Além do financiamento ofertado pelo Governo Federal ao movimento da economia solidária, questões quanto à institucionalização da política em termos legais também são levantadas (CNES, 2009; NICOLADELI, 2007; CUNHA, 2002). Ainda sobre isto, Schiochet (2009, p. 58-59) afirma que “a proposição que parece mais simples é a ideia de que precisamos transformar nossos programas e nossas ações em legislação, em lei”. Porém, esta questão de institucionalização vai além dos institutos legais: “embora isso se evidencie fundamental, há que se ter clareza de ainda ser insuficiente para se institucionalizar a política”. As articulações organizacionais do movimento e a legitimação da economia solidária perante a sociedade complementam o entendimento da institucionalidade da política pública aqui analisada. E, embora sejam identificados avanços também nestes dois pontos (NATIVIDADE, 2011; SCHIOCHET, 2009; CUNHA, 2002), ainda há muito a ser desenvolvido para a consolidação institucional da política pública em economia solidária (LOPES, 2009; XAVIER, 2009).

Argumenta-se, neste trabalho, que a satisfatória manutenção das atividades dos organismos de incubação de EES possui influência direta sobre a implementação da política de ES pelo Governo Federal. Além disso, as ITCPs são importantes “por integrarem as questões de ordem pedagógica, política e técnica aos empreendimentos”, ofertando-lhes “a possibilidade de construir soluções inovadoras, integradas e viáveis (...)” (CULTI, KOYAMA e TRINDADE; 2010; p. 19).

Independente da metodologia praticada por cada incubadora, todas possuem potencial de se configurarem como espaços profícuos de ações de extensão ao mesmo tempo em que aprendem com as comunidades. Desta relação, surgem novas maneiras de agir na e em sociedade. De acordo com Nunes (2009, p. 105),

nesse contexto de consolidação da extensão universitária, dentro do compromisso social das instituições de ensino superior face à situação econômica da população de baixa renda, sobretudo dos desempregados, várias delas criam incubadoras de novo tipo. São incubadoras que apoiam empreendimentos cooperativos populares e não empresas tradicionais, por meio da assistência técnica para a gestão e profissionalização e apoio na construção autogestionária.

Neste sentido, a extensão por meio das incubadoras em economia solidária pode ser compreendida como espaço oportuno para o aprendizado da academia em uma relação mútua de intercâmbio de saberes (NASCIMENTO, RIGO e FRANÇA FILHO, 2012). Mas como elas contribuem para a efetividade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão?

### **3 Percurso metodológico**

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois “não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31). Diante disto, optou-se por um caminho de pesquisa que uniu os formatos: exploratório e descritivo. O tipo exploratório significou “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31). Utilizando de pesquisa bibliográfica e entrevistas como técnicas primordiais. Seu caráter descritivo apresenta-se no descrever das características do fenômeno – no caso, o modo de funcionamento das incubadoras em economia solidária (PRODANOV e FREITAS, 2013).

A pesquisa em questão não contou com uma estratégia específica e única. Os dados e discussões aqui apresentados são fruto de quatro anos de experiência (2010 a 2014) de dois dos pesquisadores na gestão de duas incubadoras; de um levantamento e análise documental minuciosos ao longo dos dois últimos anos; e de entrevistas em profundidade com oito gestores de incubadoras em economia solidária ligadas às diversas universidades do Brasil.

A pesquisa documental, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 55) é aquela que utiliza como base de pesquisa “materiais”, ou seja, documentos, que não foram submetidos a um processo de “tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Para esta pesquisa foram utilizados, com corte temporal a partir de 2000: leis, decretos, portarias, 20 editais de oferta de financiamento à incubação em economia solidária. Além destes, foram analisados também os Planos Plurianuais (PPAs) e os Projetos de Lei e as Leis Orçamentárias Anuais (PLOAs e LOAs), para o período compreendido entre os exercícios de 2000 e 2016. No que se refere aos dados de execução orçamentária e financeira do Governo Federal, foi utilizado o sítio [www.consulta.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.consulta.tesouro.fazenda.gov.br).

No que concerne às entrevistas, nesta pesquisa optou-se pela entrevista semiestruturada, ou seja, aquela para a qual não existe rigidez de roteiro (PRODANOV e FREITAS, 2013). Foram entrevistados oito gestores de incubadoras dos seguintes Estados do Brasil: Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Estas entrevistas foram realizadas no período de 15 a 18 de abril de 2015, durante o IV Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) e II Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária, realizados na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Finalmente, foi aplicada a análise de conteúdo como ferramenta para a asserção das conclusões da pesquisa. Segundo Bardin (1977, p. 9), análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos (...) que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Nesta pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo estruturada em “fases”, conforme Gerhardt *et al.* (2009, p. 84). As fases foram: a) “pré-análise” quando da organização dos documentos e transcrições das entrevistas; b) “exploração do material”, codificando-o, referenciando índices e elaborando indicadores; definindo categorias dos dados e informações coletados. Esta fase orientou-se em Fileno (2007, p. 68) na utilização de “parágrafos sínteses” dos dados e informações; c) em seguida, procedeu-se ao “tratamento dos resultados” no qual os dados foram transformados em informações e conteúdo que expressam significância do tema abordado.

### **4. Gestão em incubadoras universitárias de economia solidária e a possibilidade de indissociar ensino, pesquisa e extensão**

Tipicamente, as práticas de incubação em economia solidária focam na criação e assessoria a empreendimentos de economia solidária, tais como associações comunitárias, cooperativas populares, grupos produtivos, entre outros. A forma de atuar das incubadoras é particular e cada uma define, ao longo da sua trajetória, sua metodologia de intervenção na sociedade a

partir das demandas que recebem ou identificam. No entanto, alguns padrões de atuação podem ser identificados, mesmo porque todas estão sob as normas institucionais das universidades e sob a mesma legislação, num ambiente repleto de desafios e também de perspectivas.

De modo geral, pode-se entender a atuação das incubadoras de economias solidária em três grandes dimensões estreitamente correlacionadas: a) agregação de pessoas e seus interesses, que incluem professores, estudantes, técnicos e outros atores envolvidos nos diversos projetos capitaneados; b) captação e gestão dos recursos financeiros, que diz respeito, geralmente, a participação em editais públicos com projetos específicos; e c) definição de políticas de atuação que consideram aportes teóricos (e ideológicos) e dá forma a uma metodologia de incubação mais ou menos definida, os quais se expressam na forma de atuar da incubadora por meio da trajetória acadêmica dos Coordenadores e da sua metodologia.

As experiências de incubadoras em economia solidária surgem, na maior parte das vezes, das iniciativas de professores e estudantes ligados à temática da economia solidária na universidade. Estes grupos, tipicamente restritos, passam a desenvolver apoio a empreendimentos de economia solidária locais de forma voluntária. Ao capitanearem recursos financeiros, gerenciados pela universidade e coordenado por um ou mais professores, passam a agregar mais pessoas em torno de mais projetos. Uma incubadora, como visto, é um programa, ou seja, um conjunto de projetos, os quais são formalmente coordenados por professores. Sendo assim, os processos de incubação propriamente ditos se dão pela extensão universitária. Neles, professores, estudantes e técnicos atuam diretamente nos empreendimentos e comunidades alvo dos projetos capitaneados.

Esses projetos desenvolvidos pelas incubadoras são, tipicamente, apoiados financeiramente por editais públicos. No entanto, apoios provenientes da iniciativa privada também ocorrem e, em alguns casos, articulam-se arranjos institucionais mistos. Geralmente, as incubadoras desenvolvem vários projetos ao mesmo tempo. A equipe da incubadora se divide para executar esses projetos apesar de que, muitas vezes, os mesmos membros fazem parte da equipe em mais de um projeto.

A equipe de uma incubadora contempla professores, estudantes de graduação e de pós-graduação, técnicos de campo e técnicos administrativos. Aos professores cabe pensar a incubadora em termos gerais, sua metodologia, diretrizes e princípios, bem como delinear os projetos. Eles são os responsáveis formais por todos os projetos da incubadora e são os que a representam tanto na universidade como na comunidade externa. Geralmente, é em torno deles e de suas linhas de pesquisa que as incubadoras nascem e se desenvolvem. Os estudantes de graduação assumem responsabilidades junto aos professores, principalmente quando são também orientandos de iniciação científica, aos técnicos de campo ou administrativos. Os estudantes de graduação que desempenham funções juntos aos técnicos entram na incubadora por meio de atividades de estágio curricular ou extracurricular, podendo ou não ser contratados como técnicos posteriormente, dependendo das necessidades da incubadora, sua disponibilidade de recursos e, certamente, do interesse e desempenho do estudante. Os estudantes de pós-graduação são, por seu turno, em sua maioria orientandos dos professores que compõem a incubadora. Estes podem se envolver em maior ou menor grau com as atividades de incubação. Estes estudantes, ao desenvolverem suas pesquisas para suas teses e dissertações, tomam frequentemente as ações ou a gestão da incubadora como alvo dessas pesquisas. Assim, muitos trabalhos e relatórios de pesquisa são resultantes de processos de incubação e se tornam fontes de dados e informações para realimentar as próprias ações da incubadora. Os técnicos de campo são contratados ou voluntários que atuam diretamente nas comunidades, planejando e desenvolvendo todas as atividades relativas aos

projetos. Também são os principais responsáveis por registrar e sistematizar informações que irão compor os relatórios técnicos e financeiros. Os técnicos administrativos são responsáveis pelas atividades administrativas internas à incubadora, executando os orçamentos dos projetos, pesquisando custos, controlando os gastos, e uma série de micro atividades diárias relativas às exigências burocráticas de cada edital, da universidade e das nuances que envolvem a execução de recursos públicos. Vale notar que os estudantes de graduação ou de pós-graduação, a depender do seu grau de envolvimento e experiência, podem assumir tanto funções de coordenação em campo quanto funções administrativas.

As pessoas e os recursos financeiros de uma incubadora estão voltados para o desenvolvimento de uma metodologia, mais ou menos clara, de incubação. Algumas incubadoras trabalham apenas com cooperativas populares, outras focam na reciclagem e outras ampliam sua atuação adentrando um território e mapeando as demandas locais agindo, no longo prazo, sobre elas. Em maior ou menor grau, os processos de incubação envolvem princípios metodológicos como: potencializar a organização social local; estimular a produção orgânica e o respeito ao meio ambiente; respeitar as diferenças culturais e os saberes locais; se organizar em rede e de forma autogerida; enfatizar a reciprocidade e solidariedade nas relações da incubadora e nos processos de organização social; intervir sob demanda da comunidade e respeitar o seu tempo; entre outros relacionados à própria concepção de economia solidária.

A metodologia de incubação oferece a possibilidade de estreitar as relações entre pesquisa, ensino e a extensão. Ou seja, de efetivamente indissociar os três pilares que sustentam a universidade pública brasileira. As ações em campo são, nitidamente, ações de extensão muitas vezes de médio e longo prazos, atendendo grupos e comunidades inteiras. A equipe técnica, composta por estudantes e professores, contribuem com a formação das pessoas dos diversos processos de capacitação que envolvem todo processo de incubação. Numa segunda via, os estudantes trazem para sala de aula sua experiência nas comunidades e projetos, contribuindo para a formação dos colegas em sala. Os próprios professores envolvidos com as incubadoras usam os conhecimentos adquiridos na experiência nas comunidades nas suas disciplinas e, por muitas vezes, realizam visitas técnicas com os estudantes nas comunidades. A pesquisa se estreita com a extensão e com o ensino em dois principais momentos. O primeiro deles quando da elaboração de teses e dissertações a respeito das ações das incubadoras, resultando em melhoramento dos processos e da concepção metodológica de incubação e, claro, em publicações científicas. O segundo acontece como parte das próprias metodologias de incubação ou etapas dos projetos propostos. Por exemplo, quando da aplicação de diagnósticos antes da etapa de intervenção que alimentará a sequência de atividades de extensão e de ensino.

No entanto, sabe-se que o volume de projetos e demandas dos empreendimentos e comunidades é considerável e, às vezes, dificulta a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Cada incubadora, diante disso, traça suas próprias estratégias, tais como a criação de grupos dentro da equipe encarregados de sistematizar conhecimento, a proposição de disciplinas abertas à comunidade externa e a organização de oficinas e encontros que envolvem alunos da universidade e lideranças das comunidades.

As incubadoras são vistas, neste trabalho, como espaços propícios à efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando, na concepção de Nunes (2009) o compromisso social da extensão e da própria universidade, principalmente diante da atual situação econômica e das carências da população de baixa renda. Neste sentido, a extensão por meio das incubadoras em economia solidária pode ser compreendida como espaço oportuno para o aprendizado da academia em uma relação mútua de intercâmbio de saberes (NASCIMENTO, RIGO e FRANÇA FILHO, 2012).

#### **4.1 Desafios e perspectivas para as incubadoras universitárias: apontamentos para a efetividade de uma política pública em economia solidária**

É evidente que em termos institucionais e legais o movimento da economia solidária brasileiro ganhou força nos últimos 10 anos. Analisando os PPAs estabelecidos pelas Leis nº 9.989, de 21/7/2000; 10.933, de 11/8/2004; 11.653, de 7/4/2008; e 12.593, de 18/1/2012, verifica-se que na primeira lei indicada não há referência expressa a qualquer ação voltada à economia solidária. Já nas demais, verifica-se diversas referências a gastos, objetivos e metas a serem alcançados com ações voltadas à economia solidária, embora o foco neoliberal seja notadamente o mais importante. Os PPAs analisados priorizam a expansão do mercado de consumo de massa, o aumento da produtividade e da competitividade.

Ainda com foco sobre a legislação, se encontra a estruturação burocrática da economia solidária no governo federal. O Decreto nº 5.063, de 3/5/2004, definiu a Senaes como órgão específico singular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) como órgão colegiado deste Ministério. Isto, *a priori*, proporcionaria um fortalecimento institucional à economia solidária como política de governo. Porém, os entendimentos extraídos das entrevistas com os coordenadores das incubadoras mostram que as questões legais e burocráticas pertinentes à economia solidária se apresentam de forma dispersa e incompleta para o atendimento das necessidades dos diversos atores que efetivamente se dedicam ao trabalho econômico solidário. A principal queixa dos representantes de organismos de incubação em economia solidária entrevistados está na não consolidação do marco legal da economia solidária no Brasil: “a inexistência do marco legal, esse é o principal elemento. Não há um marco legal sobre a economia solidária” (Entrevista 1, Coordenador de ITCP, abr./2015). Corroborando com este posicionamento, outro entrevistado comenta que “é um dos pontos que nós menos avançamos. (...) existe a proposta de uma lei nacional que está tramitando no Congresso, no entanto, a gente ainda não sabe quando ela vai para votação” (Entrevista 3, Coordenador de ITCP, abr. 2015).

Além disso, três outras questões foram apontadas como desafios para o movimento, embora, a nosso ver, estejam estreitamente correlacionados ao desafio apontado anteriormente. A primeira diz respeito à necessidade de fortalecimento da articulação e organização do movimento da economia solidária. O cenário nacional apresenta algumas organizações do movimento como, por exemplo, a Rede ITCPs e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Porém, apesar da trajetória positiva do movimento, a articulação e atuação das diversas organizações que o compõem ainda apresentam fragilidades. Ou seja, “uma incapacidade, na minha opinião, crônica da economia solidária mobilizar aquilo que ela representa em torno de uma pauta efetiva de reivindicações e de construção de políticas com os governos” (Entrevista 1, Coordenador de ITCP, abr./2015). A segunda questão se refere à fragilidade da legitimação do movimento na sociedade brasileira. O grau de legitimação da política de economia solidária na sociedade brasileira é baixo. De forma que “a economia solidária ainda é muito desconhecida da sociedade como um todo” (Entrevista 3, Coordenador de ITCP, abr./2015). Além disto, foi apontado como terceiro desafio a forte dependência das organizações que compõem o movimento da economia solidária no Brasil das instituições governamentais. Na opinião de um dos entrevistados, “existe uma dependência muito forte, crítica até, eu diria, das organizações da economia solidária, não dos empreendimentos, das organizações políticas, (...), em relação aos governos” (Entrevista 1, Coordenador de ITCP, abr./2015).

O cenário político e econômico atual brasileiro aponta para um recrudescimento das dificuldades enfrentadas pelos organismos de incubação e outras entidades de apoio à economia solidária. Ações governamentais nesse sentido já foram notadas como a ausência de novos editais para captação de recursos e a demissão de funcionários importantes dentro da

própria Senaes. Sendo assim, enfatiza-se no item a seguir este desafio relacionado à disponibilidade e uso de recursos em economia solidária nos últimos anos.

#### 4.1.1. Insuficiência do financiamento das incubadoras em economia solidária no Brasil

No Quadro 1, pode-se verificar que de 2004 a 2006 os valores orçados para ações voltadas à economia solidária no Brasil foram aproximadamente equiparados. De 2007 a 2013, há notável aumento do volume de recursos orçados, tendo alcançado seu ponto máximo em 2013 (R\$ 921.896.452,00). Porém, a partir de 2014, verificam-se quedas nos volumes de recursos de modo que é possível inferir que a representatividade da política de economia solidária no âmbito federal tem diminuído desde 2014.

Quadro 1: Totais anuais de recursos orçados para ações de economia solidária (2004 a 2016)

Ano	Total Orçado	Representatividade no período analisado (%)
2004	R\$ 79.406.656,00	2,27
2005	R\$ 96.414.673,00	2,76
2006	R\$ 76.710.495,00	2,19
2007	R\$ 101.501.000,00	2,90
2008	R\$ 144.029.237,00	4,12
2009	R\$ 157.377.769,00	4,50
2010	R\$ 160.954.438,00	4,60
2011	R\$ 245.436.142,00	7,02
2012	R\$ 511.210.393,00	14,62
2013	R\$ 921.896.452,00	26,37
2014	R\$ 605.699.874,00	17,32
2015	R\$ 301.378.264,00	8,64
2016	R\$ 94.146.707,00	2,69
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.496.162.100,00</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pelos autores (2016).

Uma comparação entre o volume de recursos orçados para a política pública de economia solidária e o total de despesas orçado pelo Governo Federal, no período de 2004 a 2016, permitiu verificar que a representatividade do volume de recursos para a economia solidária no efetivo planejamento do Governo Federal em nenhum momento esteve sequer próxima de 1,00%. Também se ressalta que, para o exercício de 2016, esta relação alcançou seu menor nível na série histórica em foco (0,003%). Ou seja, os dados apontam uma tendência de redução na disponibilidade de financiamento. Esta análise é corroborada nas entrevistas, pois os coordenadores apontam que os recursos disponibilizados para a atuação das incubadoras são insuficientes para a manutenção das atividades destas e "irrisórios" (Entrevista 5, Coordenador de ITCP, abr./2015) perante o volume de recursos orçado para despesas dos órgãos do Governo Federal. Além disso, os poucos recursos disponibilizados não contemplam todos os interessados (Entrevista 8, Coordenador de ITCP, abr./2015).

Aprofundando essa análise dos investimentos em economia solidária pelo governo federal, analisou-se também os dados referentes à execução do planejamento. Nesta comparação, verificou-se que a execução orçamentária tem apresentado grande irregularidade nos seus totais, além de uma tendência de queda nos últimos anos (tendo chegado a atingir a marca de 6,49% dos recursos empenhados no exercício de 2015). Estes dados coletados em documentos governamentais corroboram de certa maneira os problemas apontados pelos entrevistados, quais sejam a irregularidade de publicação de editais e o baixo volume de recursos disponibilizados através destes: “não têm uma regularidade que possa você pensar em dar continuidade a projetos, a médio e longo prazo (...). De repente você está no meio

desse processo, e aí acabou: não tem mais dinheiro (...)" (Entrevista 8, Coordenador de ITCP, abr./2015).

Somado a isso, se impõe às incubadoras em economia solidária exigências burocráticas para participação nos editais e obtenção de financiamento. Os requisitos que os financiadores cobram nos editais acabam por minar a participação de algumas incubadoras nos processos públicos de seleção. Dentre estas exigências, nota-se: comprovações de regularidades; termos de compromissos; declarações de contrapartidas ou garantias dos gestores; comprovações de experiências e qualificação do coordenador do projeto e membros da equipe; número de pessoas ou empreendimentos atendidos; empreendimentos cadastrados no SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) entre outras exigências.

Em resumo e na opinião dos coordenadores das incubadoras entrevistados, duas questões primordiais devem ser superadas. O primeiro se refere à própria definição da política de governo. A necessidade de o Governo Federal decidir politicamente qual será o posicionamento seguido: se de apoio ao capital dominante, baseado na política da exploração das classes menos privilegiadas; ou de enfrentamento deste, em favor da política de economia solidária. De modo que "para cumprir o que diz o programa que ganhou essas últimas eleições presidenciais é preciso, de fato, investir nesta população que eles dizem que querem combater a miséria" (Entrevista 7, Coordenador de ITCP, abr./2015). O segundo desafio está ligado às questões de financiamento do movimento, conseqüentemente, dos organismos de incubação em economia solidária. Há a necessidade de ampliação do financiamento governamental: "aumentar os recursos orçamentários; aumentar os recursos do orçamento para economia solidária" (Entrevista 3, Coordenador de ITCP, abr./2015). Ampliação do volume de recursos e estruturação de uma política mais eficiente para a liberação destes. Estes e outros desafios dizem respeito a perspectiva de manutenção ou não das incubadoras no atual cenário brasileiro.

#### **4.1.3. Perspectivas: as incubadoras na execução da política pública de economia solidária e nas ações de extensão universitária**

Finalmente, se buscou identificar quais são as perspectivas para a política de economia solidária para as incubadoras de economia solidária. As previsões, por assim dizer, na percepção dos gestores de incubadoras de diversos Estados do país, apresentam questões complexas sobre o rumo da política pública de economia solidária. De acordo com eles, a conjuntura política e econômica conturbada que o país enfrenta torna a questão ainda mais relevante e com perspectivas pessimistas. Um cenário mais complexo é vislumbrado pelos entrevistados para o movimento da economia solidária de modo geral e para as incubadoras em particular. A depender do caminho escolhido pelo governo federal o financiamento das incubadoras em economia solidária pode ser sensivelmente afetado. A conjuntura econômica atual "(...) vai cobrar do governo que ele desça do muro. O governo vai ter que decidir: (...) ceder às pressões do grande capital (...), ou optar por convocar as forças sociais que o elegeram (...)" (Entrevista 1, Coordenador de ITCP, abr./2015). Ainda, o entrevistado 5 declarou: "do ponto de vista do recurso, do ponto de vista da política, eu acho que a gente vai 'capengando' nessa história toda. Não acho que a gente vai ter grandes avanços" (Coordenador de ITCP, abr./2015).

Diante deste quadro, para as incubadoras, vivendo sobre a dependência governamental, "vai depender da posição do governo" (Entrevista 1, Coordenador de ITCP, abr./2015). Porém, não há uma previsão positiva quanto à posição do governo: "acho que a tendência é diminuir. (...) eu estou achando que a gente não pode criar muita expectativa" (Entrevista 3, Coordenador de ITCP, abr./2015).

O grau de organização e articulação das incubadoras é um aspecto central no movimento da economia solidária no cenário atual. Em 2015, a Rede ITCPs contava com 62

incubadoras filiadas. Já a Rede Unitrabalho era composta, no mesmo ano, por 45 incubadoras. Identificou-se que, de 2009 para 2015, houve a redução de 23 incubadoras filiadas às redes, ou seja, 17,69%. Pode-se inferir que os motivos para essa redução são principalmente dificuldades financeiras. De qualquer forma, é um indicador que preocupa as incubadoras em economia solidária, porque diminui o grau de articulação dos organismos de incubação e de pressão junto ao governo.

Apesar dos entrevistados concordarem que a forma como estão organizados potencializa a articulação e o nível de organização das incubadoras e que houveram avanços significativos nesse sentido, ressaltam que é ainda necessário fortalecê-los: “essa articulação, (...) eu não percebo, eu não vejo muito. (...) falta ainda, bastante, essa condição de estar trabalhando junto, batalhando junto” (Entrevista 8, Coordenador de ITCP, abr./2015). Na opinião de um dos entrevistados, as frágeis condições de manutenção do pessoal necessário, equipamentos, mobiliários, viagens, dentre outros, dificultam os processos de articulação e organização das incubadoras (Entrevista 7, Coordenador de ITCP, abr./2015).

Deste modo configura-se o cenário da extensão universitária por intermédio das incubadoras de economia solidária: frágil institucionalização; poucos recursos disponíveis para a sua manutenção; e graus de organização e articulação com necessidades de fortalecimentos; aliados a cenários políticos e econômicos não favoráveis para o futuro próximo.

## **5 Considerações finais: os fatos e os desafios das incubadoras enquanto espaços de indissociabilidades**

Demonstra-se, neste trabalho, a existência de importante singularidade da atividade de incubação em economia solidária enquanto prática de extensão universitária. Esta singularidade pode ser expressa pelo fato das incubadoras serem, em sua concepção e origem, espaços onde se encontram aportes teóricos, políticos, ideológicos condizentes com princípios da economia solidária que se relacionam com apoio e trabalho em prol de populações excluídas. Dessa forma, a metodologia de incubação e as pessoas nela envolvidas se identificam com o movimento mais amplo e, por conseguinte, fazem da extensão (intervenção nas comunidades e empreendimentos de economia solidária) o modo como elas próprias se manifestem e contribuam para a redução das desigualdades sociais. Neste processo, teoria e prática, andam juntas. Ou seja, pesquisa e extensão, extensão e ensino, andam juntos.

Neste sentido, e diante da discussão empreendida neste artigo, a prática da incubação em economia solidária pode ser compreendida como a ponte que estreita as relações entre ensino e pesquisa. Como discutido em Nascimento, Rigo e França Filho (2013), a prática de incubação em economia solidária parece resignificar a prática da extensão universitária brasileira. Além disso, numa perspectiva mais ampla, a Universidade assume posição de destaque para a construção de uma política pública de economia solidária no país. No entanto, o cenário atual sugere desafios importantes a serem suplantados pelos organismos de incubação e atores envolvidos para que as perspectivas positivas se configurem. Se as incubadoras enfrentam desafios, sua capacidade de indissociar ensino, pesquisa e extensão também sofre. Como visto, ainda que em parte, nossas análises da política de financiamento do Governo Federal para economia solidária sobre a manutenção das atividades dos organismos de incubação apontam para um cenário pessimista. Um breve olhar sobre as questões efetivamente orçamentárias permite dizer que a política pública de economia solidária do Governo Federal consiste em um objetivo distante de ser considerado importante. Além disso, o suporte legal adequado também é requerido pelos organismos de incubação e pelo movimento de economia solidária em geral.

Em consequência, uma questão crucial: acesso aos recursos. Primeiramente, a disponibilidade destes recursos, ou seja, a publicação de editais de apoio financeiro às atividades de incubação em todo o país demonstra-se insuficiente. Em segundo lugar, é

necessário que os recursos definidos no orçamento governamental efetivamente sejam liberados para uso.

No que concerne à organização e articulação do movimento, verifica-se que houve evolução no contexto do movimento da economia solidária no país. Porém, apesar dos comprovados avanços desde 2003, a política de economia solidária ainda apresenta pontos de fragilidades e, por consequência, tem impactado negativamente no financiamento da manutenção das atividades das incubadoras.

Por fim, a necessidade da redefinição do posicionamento do planejamento governamental de modo a alçar a economia solidária ao *status* de política governamental de relevante importância ficou clara. Neste contexto, o papel desempenhado pelas incubadoras dentro e fora das universidades brasileiras no que concerne a capacidade de indissociar pesquisa, ensino e extensão está também claro.

Finalmente, há de se considerar as possibilidades de continuidade da pesquisa: a extensão guiada pela incubação de economia solidária; levantamento e análise das formas e critérios de financiamento direcionadas a incubadoras de EES; aprofundamento das informações no que tange às dificuldades de acesso e da execução dos recursos; e o estudo das estruturas administrativas existentes nas incubadoras do país e suas implicações na obtenção de recursos.

## REFERÊNCIAS

- Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/caderno2\\_andes.pdf](http://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/caderno2_andes.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Lei n° 9.989, de 21 de julho de 2000. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000/2003**. Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. Lei n° 10.933, de 11 de agosto de 2004. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007**. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. Decreto n° 5.063, de 3 de maio de 2005. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências**. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. Lei n° 11.653, de 7 de abril de 2008. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011**. Brasília, 2008.
- \_\_\_\_\_. Decreto n° 7.357, de 17 de novembro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc, e dá outras providências**. Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei n° 12.593, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015**. Brasília, 2012.
- CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula de Paes de. A Gestão na Economia Solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 5, p.108-126, jan./jun. 2012.
- CATTANI, Antonio David. Construindo a Outra Economia. In: CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 7-8.
- COELHO, Hugo Ricardo da Palma. Para uma Universidade Socialmente Responsável. **A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local. Estudo Exploratório da ITES – UFBA**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2010. Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Disponível em: <[ites.colivre.net/Site/Publicacao50](http://ites.colivre.net/Site/Publicacao50)>. Acesso em: 09 maio 2012.
- CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Subsídio aos Debates sobre Anteprojeto de Lei para a Institucionalização de uma Política Nacional de Economia

Solidária. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, n. 40, p.61-67, ago. 2009.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra; RIGO, Ariádne Scalfoni. O Estado do Ceará no Contexto da Economia Solidária Brasileira: aspectos de destaque e desafios aos EES cearenses. In: RIGO, Ariádne Scalfoni et al. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: Univasf, 2010. p. 173-208.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; RIGO, Ariádne Scalfoni; CANÇADO, Airton Cardoso. Economia Solidária no Vale do São Francisco: a relação entre empreendimentos solidários e poder local na perspectiva do desenvolvimento endógeno. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 4, n. 4, p.420-447, out./dez. 2012.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Conferências Nacionais de Economia Solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, n. 57, p.83-94, ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. 2002. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FILENO, Érico Fernandes. **O Professor como Autor de Material para um Ambiente Virtual de Aprendizagem**. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Cap. 5.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação de Redes de Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 224-230.

FRÓES, Luis Antonio da Camara Canto. **A Extensão Universitária e a sua Importância: Tanto para os Alunos Quanto para as Comunidades que Vivem ao Seu Redor**. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unir.br%2Fhtml%2Fpesquisa%2FPibic\\_XIV%2Farquivos%2FArtigos%2FLuis%2520Antonio%2520da%2520Camara%2520Canto%2520Froes.doc&ei=nmUFUPO7GOHw0gGwzqzvCA&usq=AFQjCNEje8RK1GfmTF44xRW-VvoMzRZNZg&sig2=b5hNnxJSceRFefODUh1qyg](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unir.br%2Fhtml%2Fpesquisa%2FPibic_XIV%2Farquivos%2FArtigos%2FLuis%2520Antonio%2520da%2520Camara%2520Canto%2520Froes.doc&ei=nmUFUPO7GOHw0gGwzqzvCA&usq=AFQjCNEje8RK1GfmTF44xRW-VvoMzRZNZg&sig2=b5hNnxJSceRFefODUh1qyg). Acesso em: 09 maio 2012.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil. In: BENINI, Édi A. et al (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 21-46.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Cap. 4. p. 65-88.

GUERRA, Ana Carolina; PEREIRA, José Roberto. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: possibilidades de gestão. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 1, n. 2, p.21-44, jan./mar. 2010.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC**. Recife, 2011. 338 p.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 162-168.

LOPES, Arildo Mota. Os Efeitos da Crise Mundial sobre os Empreendimentos Autogestionários da Economia Solidária Filiados à Unisol Brasil, e o Papel Anticíclico das Políticas Públicas. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, v. 0, n. 41, p.21-23, nov. 2009.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Percursos de um Princípio Constitucional. In: **33ª Reunião Anual da ANPED, 2010**, Caxambú - MG. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p.159-175, jun. 2013.

NATIVIDADE, Elisângela Abreu. **Gestão de Política Pública de Geração de Trabalho e Renda: análise do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

NASCIMENTO, I. R.; RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. Incubação em economia solidária e extensão universitária: reflexões a partir da experiência da ITES/UFBA. In CUNHA, E. V.; MEDEIROS, A. C.; TAVARES, A. O. (Orgs). Incubação em economia solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias. Fortaleza: Impreco, 2013.

NICOLADELI, Sandro Lunard. Economia Solidária: a consolidação jurídica de uma política pública. In: BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de (Org.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC-UFPR, 2007. Cap. 9. p. 137-153.

NUNES, Débora. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma Aplicação da Pedagogia da Participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Marcia Cristina dos Santos Barbosa de. **Conversão do Conhecimento: Estudo de Caso em Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária**. São Carlos: UFSCar, 2012. 231f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <[http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_arquivos/22/TDE-2012-04-02T115422Z-4261/Publico/4183.pdf](http://www.btd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/22/TDE-2012-04-02T115422Z-4261/Publico/4183.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. In: BENINI, Édi A. et al (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 445-456.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, n. 57, p. 55-59, ago. 2009.

SCHOLZ, Robinson Henrique. Alumínio, tecido e triagem re resíduos: a perspectiva da solidariedade frente à liderança solidária compartilhada. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Org.). **Economia Solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 100-109.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia**

- Solidária no Governo Federal 2003/2010:** relatório parcial out/2011. Brasília: Senaes, 2011. 196 p.
- SILVA, Enio Waldir da. **Extensão Universitária no Rio Grande do Sul – Concepções e Práticas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. 282f. Tese (Doutorado) em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3780>. Acesso em: 09 maio 2012.
- SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Prefácio. In: CANÇADO, Airton Cardoso. Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho. Palmas: NESol/UFT, 2007
- SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, n. 54, p. 69-81, fev. 2013.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Cap. 2. p. 31-42.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81 – 126
- SOUSA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária.** Campinas: Alínea, 2010.
- VITCEL, Marlise Sozio *et al.* Contribuições da Economia Solidária para o Desenvolvimento Regional Sustentável: o caso da Incubadora Itecsol da Unijuí. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 16, p. 45-71, jul./dez. 2010.
- XAVIER, Eudes. Economia Solidária: um novo modo de viver. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, n. 40, p. 69-73, ago. 2009.

---

<sup>1</sup> Atualmente existem denominações diferentes para as incubadoras vinculadas às instituições de ensino superior, tais como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos de Economia Solidária. Neste texto, utilizaremos a denominação “Incubadoras em Economia Solidária” para representar àquelas que se apoia na Economia Solidária para sua atuação, seja incubando EES individuais, seja incubando redes de EES ou mesmo territórios.